



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TARDE

CONCILIADOR

PROVA OBJETIVA SELETIVA – NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO

TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 – O caminho da alimentação saudável

Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, mas aquém de seu potencial

Carlos Augusto Monteiro

Laís Amaral Mais

Desde outubro de 2022, o consumidor brasileiro vem se deparando com mudanças nas embalagens de alimentos nos mercados. Trata-se do novo modelo de rotulagem nutricional determinado pela Anvisa.

O uso do padrão é válido para produtos alimentícios lançados a partir de 9 de outubro; para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data, dependendo da natureza do produto.

O modelo traz novidades importantes. A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indicando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio — cuja ingestão excessiva aumenta o risco de doenças crônicas. Além disso, padroniza o design da tabela nutricional e mostra valores nutricionais do alimento com base em porções de 100 g ou 100 ml, facilitando comparações entre produtos semelhantes de marcas distintas.

A adoção é um avanço. O rótulo de um alimento traz informações que orientam o consumidor sobre os componentes do produto, interferindo na decisão de compra. A escolha da nova rotulagem, no entanto, poderia — e deveria — ter ido além.

Na teoria, a função do ícone da lupa é informar o consumidor sobre a composição dos alimentos. Na prática, a iniciativa deveria apoiar escolhas alimentares mais saudáveis. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, um caminho simples para manter uma alimentação saudável é evitar o consumo de ultraprocessados. São opções que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro, sendo feitas majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (como amido do milho ou proteína da soja). Por isso, é comum que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos que os deixam atraentes.

Eles também costumam ter excesso de açúcar, gordura saturada e sódio. Dessa forma, uma grande parte dos alimentos aptos a levar o selo da lupa é composta de ultraprocessados. Ainda assim, muitos alimentos nocivos à saúde podem passar incólumes, já que o perfil nutricional — ou seja, os limites para cada nutriente crítico — escolhido pela Anvisa é demasiado permissivo.

Para receber um rótulo de "alto em sódio" no Brasil, por exemplo, um alimento precisa ter ao menos 600 mg do nutriente a cada 100 g de produto. Em comparação, o perfil nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) atrela a quantidade de sódio ao total calórico do produto. Na prática, a diferença é notável: no caso de um caldo de galinha em cubos, o modelo da Anvisa tolera o dobro de sódio aceito pela Opas.

Brechas como essa, aliadas à publicidade já costumeira desses produtos, podem seguir provocando confusão ao consumidor. Mais que mostrar excessos em nutrientes, é necessário ajudar a população a identificar os ultraprocessados. Isso poderia ocorrer facilmente com o destaque da presença de certos tipos de aditivos alimentares. Afinal, nenhum alimento feito com comida de verdade precisa de "aroma idêntico ao natural de morango".

Para além das mudanças na rotulagem, o Brasil pode seguir o exemplo do Chile, que, junto às regras, implementou políticas públicas de alimentação saudável. A iniciativa inclui campanhas educativas e a regulação da publicidade e da venda de produtos não saudáveis a crianças. São ações que beneficiariam largamente a alimentação e a saúde no Brasil.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/01/o-caminho-da-alimentacao-saudavel.shtml>

Acesso em: 13/05/2023

1

O texto 1 tem caráter argumentativo. Dentre as passagens abaixo, aquela que expressa a sua tese central é:

- (A) “Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, mas aquém de seu potencial” (Intertítulo);
- (B) “Desde outubro de 2022, o consumidor brasileiro vem se deparando com mudanças nas embalagens de alimentos nos mercados.” (1º parágrafo);
- (C) “O uso do padrão é válido para produtos alimentícios lançados a partir de 9 de outubro” (2º parágrafo);
- (D) “[...] um caminho simples para manter uma alimentação saudável é evitar o consumo de ultraprocessados.” (5º parágrafo);
- (E) “Eles também costumam ter excesso de açúcar, gordura saturada e sódio.” (6º parágrafo).

2

“A adoção é um avanço. O rótulo de um alimento traz informações que orientam o consumidor sobre os componentes do produto [...]” (Texto 1, 4º parágrafo)

Os dois períodos da passagem acima não estão ligados por um conector. Apesar disso, pode-se inferir que o segundo período veicula, em relação ao primeiro, ideia de:

- (A) conclusão;
- (B) proporção;
- (C) justificativa;
- (D) alternância;
- (E) concessão.

3

“A escolha da nova rotulagem, no entanto, poderia — e deveria — ter ido além.” (Texto 1, 4º parágrafo)

“Ainda assim, muitos alimentos nocivos à saúde podem passar incólumes, já que o perfil nutricional — ou seja, os limites para cada nutriente crítico — escolhido pela Anvisa é demasiado permissivo.” (Texto 1, 6º parágrafo)

Nas passagens acima, os travessões desempenham, respectivamente, as funções de:

- (A) isolar um aposto explicativo e marcar discurso direto;
- (B) acrescentar uma opinião pessoal e esclarecer a expressão antecedente;
- (C) relativizar uma posição prévia e enfatizar uma condição;
- (D) introduzir uma avaliação metalinguística e circunscrever uma oração adjetiva;
- (E) refutar uma tese e isolar um argumento de autoridade.

4

“Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, mas *aquém* de seu potencial” (Texto 1, Intertítulo)

A reescritura da passagem acima que alteraria sua força argumentativa é:

- (A) Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, porém *aquém* de seu potencial.
- (B) Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda; contudo, é fato que fica *aquém* de seu potencial.
- (C) Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda; fica, todavia, *aquém* de seu potencial.
- (D) Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda; não atinge, entretanto, todo o seu potencial.
- (E) Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, embora fique *aquém* de seu potencial.

5

Os textos das alternativas a seguir são reescrituras de passagens do texto 1.

O único caso em que a modificação realizada resultou em erro de concordância é:

- (A) Tratam-se dos novos modelos de rotulagem nutricional determinados pela Anvisa.
- (B) É válida, para produtos alimentícios lançados a partir de 9 de outubro, a adoção do padrão.
- (C) Dessa forma, uma grande parte dos alimentos aptos a levar o selo da lupa são compostos de ultraprocessados.
- (D) Com brechas como essa, aliadas à publicidade já costumeira desses produtos, pode haver dificuldades no momento da compra.
- (E) Para além das mudanças na rotulagem, o Brasil pode reproduzir o que ocorreu no Chile, onde se implementaram políticas públicas de alimentação saudável.

6

Na alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, uma versão modificada dessa mesma passagem. Nessa modificação, uma palavra ou expressão do texto original foi deslocada para uma posição diferente da posição original.

O único caso em que esse deslocamento produziu mudança substancial de significado é:

- (A) “Desde outubro de 2022, o consumidor brasileiro vem se deparando com mudanças nas embalagens de alimentos nos mercados.” > O consumidor brasileiro vem se deparando, desde outubro de 2022, com mudanças nas embalagens de alimentos nos mercados.
- (B) “[...] para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data, dependendo da natureza do produto.” > para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser, dependendo da natureza do produto, de um a três anos a partir da mesma data.
- (C) “A escolha da nova rotulagem, no entanto, poderia — e deveria — ter ido além.” > No entanto, a escolha da nova rotulagem poderia — e deveria — ter ido além.
- (D) “Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, um caminho simples para manter uma alimentação saudável é evitar o consumo de ultraprocessados.” > Um caminho simples para manter uma alimentação saudável, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, é evitar o consumo de ultraprocessados.
- (E) “Eles também costumam ter excesso de açúcar, gordura saturada e sódio.” > Eles costumam ter excesso também de açúcar, gordura saturada e sódio.

7

“Para além das mudanças na rotulagem, o Brasil pode seguir o exemplo do Chile, que, junto às regras, implementou políticas públicas de alimentação saudável.” (Texto 1, 9º parágrafo)

Embora o texto 1 seja predominantemente argumentativo, seus últimos dois parágrafos colocam em relevo outro tipo textual.

Na passagem acima, retirada do último parágrafo do texto 1, o tipo textual predominante é o(a):

- (A) descrição;
- (B) narração;
- (C) exposição;
- (D) injunção;
- (E) diálogo.

8

“Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, mas alguém de seu potencial” (Texto 1, Intertítulo)

O excerto acima corresponde ao intertítulo do texto 1. Dentre as passagens abaixo, a única que justifica a afirmação contida no trecho sublinhado é:

- (A) “O uso do padrão é válido para produtos alimentícios lançados a partir de 9 de outubro; para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data [...]” (2º parágrafo);
- (B) “O modelo traz novidades importantes. A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indicando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio [...]” (3º parágrafo);
- (C) “Além disso, padroniza o design da tabela nutricional e mostra valores nutricionais do alimento com base em porções de 100 g ou 100 ml [...]” (3º parágrafo);
- (D) “Por isso, é comum que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos que os deixam atraentes.” (5º parágrafo);
- (E) “Ainda assim, muitos alimentos nocivos à saúde podem passar incólumes, já que o perfil nutricional — ou seja, os limites para cada nutriente crítico — escolhido pela Anvisa é demasiado permissivo.” (6º parágrafo).

9

Os textos das alternativas a seguir são reescrituras de passagens do texto 1. O único caso em que a modificação realizada resultou em erro relativo ao emprego de um ou mais sinais de pontuação é:

- (A) “[...] para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data, dependendo da natureza do produto.” > Para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data (dependendo da natureza do produto).
- (B) “A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indicando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio — cuja ingestão excessiva aumenta o risco de doenças crônicas”. > A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indicando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio, cuja ingestão excessiva aumenta o risco de doenças crônicas.
- (C) “São opções que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro, sendo feitas majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (como amido do milho ou proteína da soja).” > São opções que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro, sendo feitas majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos — como amido do milho ou proteína da soja.
- (D) “Por isso, é comum que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos que os deixam atraentes”.
> Por isso, é comum, que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos, que os deixam atraentes.
- (E) “Para receber um rótulo de ‘alto em sódio’ no Brasil, por exemplo, um alimento precisa ter ao menos 600 mg do nutriente a cada 100 g de produto.” > Para receber um rótulo de “alto em sódio” no Brasil, por exemplo, um alimento precisa ter, ao menos, 600 mg do nutriente a cada 100 g de produto.

10

“A iniciativa inclui campanhas educativas e a regulação da publicidade e da venda de produtos não saudáveis a crianças. São ações que beneficiariam largamente a alimentação e a saúde no Brasil.” (Texto 1, 9º parágrafo)

Na passagem acima, o futuro do pretérito (em “beneficiariam”) indica que o evento expresso pelo verbo é dependente de uma condição.

Dentre as alternativas abaixo, aquela em que o futuro do pretérito veicula esse mesmo significado é:

- (A) O réu pediu redução da pena sob o argumento de que o crime teria sido cometido de forma não intencional.
- (B) Paulo garantiu que acabaria o trabalho antes das 18h.
- (C) O plano daria certo, caso vocês fossem mais persistentes.
- (D) Ontem, ele comentou que viria à festa hoje.
- (E) O senhor teria como me conceder uma extensão do prazo?

Juizados Especiais

11

O Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial Criminal, ofereceu denúncia oral em face de Tício, pela suposta prática do delito de lesão corporal leve, demonstrando a materialidade do crime por intermédio de boletim médico.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que a denúncia:

- (A) poderá ser recebida pelo juízo, ante a observância das formalidades legais. Após o recebimento da denúncia, o juiz designará data para a audiência de instrução e julgamento;
- (B) deverá ser rejeitada pelo juízo, podendo o Ministério Público, se entender pertinente, interpor o recurso em sentido estrito em face da decisão;
- (C) deverá ser rejeitada pelo juízo, considerando a imprescindibilidade do exame do corpo de delito para atestar a materialidade delitiva;
- (D) poderá ser recebida pelo juízo, após o oferecimento de resposta à acusação, em audiência, pela defesa técnica;
- (E) deverá ser rejeitada pelo juízo, considerando a necessidade de a peça acusatória ser confeccionada por escrito.

12

Em execução de título extrajudicial, é celebrado um acordo em audiência presidida pelo conciliador.

Em seguida, duas teses de defesa são levantadas pelo devedor, a saber:

- i) a penhora de bens é essencial para a designação de audiência conciliatória em sede de Juizado Especial Cível; e
- ii) a ausência do juiz togado à audiência de conciliação tornaria nulo o ato.

Nesse caso, nos termos dos enunciados do Fonaje, é correto afirmar que:

- (A) não procedem as teses;
- (B) procede apenas a primeira tese;
- (C) procede apenas a segunda tese;
- (D) procedem ambas as teses e nada pode ser feito para convalidar o acordo;
- (E) procedem, em parte, ambas as teses, a fim de que se reconheça a nulidade do acordo, ressalvada a possibilidade de confirmação em nova audiência a ser designada.

13

Marcos era conciliador em um Juizado Especial Cível de Salvador. Tentou a composição de uma disputa patrimonial entre João e Maria, na qual Maria fez uma proposta de acordo de cinco mil reais, que não foi aceita por João.

Finda a audiência, oferece seus serviços de advogado a João, com a seguinte frase: "Já sabemos que ela pode pagar, no mínimo, cinco mil reais, agora vamos usar isso no processo para fazer o valor crescer".

O princípio de atuação do conciliador, previsto no Art. 10 da Resolução TJBA nº 1/23, violado pela conduta de Marcos ao fazer a indecorosa proposta é:

- (A) confidencialidade;
- (B) imparcialidade;
- (C) independência e autonomia;
- (D) empoderamento;
- (E) validação.

14

O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ proferiu sentença condenatória em face de Tício. Logo após assinar a sentença e inseri-la nos sistemas informatizados do Tribunal, o magistrado verifica a ocorrência de erro material e de omissão no pronunciamento jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- (A) o juiz não pode, de ofício, corrigir o erro material, em razão da inércia judicante;
- (B) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso;
- (C) a parte interessada poderá opor, por escrito, recurso inominado, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão;
- (D) a parte interessada poderá opor, por escrito, embargos de declaração, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão;
- (E) a parte interessada poderá opor, por escrito ou oralmente, embargos de declaração, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

15

Após a observância do procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995, o acusado Petrônio foi condenado pela prática de infração penal de menor potencial ofensivo. Irrresignada, a defesa técnica decide recorrer do pronunciamento jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, caberá a interposição de:

- (A) recurso de apelação, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- (B) recurso inominado, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- (C) recurso de apelação, no prazo de cinco dias, que poderá ser julgado por turma composta por cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- (D) recurso de apelação, no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado;
- (E) recurso inominado, no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

16

Bento foi vencedor em uma demanda judicial, razão pela qual Francisco foi condenado a pagar-lhe indenização de oito mil reais. Intimado para cumprir a sentença, Francisco pede a designação de audiência de conciliação.

Nesse caso, a tentativa de conciliação:

- (A) não é mais possível, porque já existe sentença transitada em julgado condenando-lhe ao pagamento de indenização;
- (B) somente seria possível se solicitada por Bento, que, então, estaria renunciando a seu direito de executar a sentença em seu favor;
- (C) somente será possível com relação aos meios de execução, na medida em que já existe sentença transitada em julgado condenando-lhe ao pagamento de indenização;
- (D) será possível e poderá abranger qualquer matéria, porque se trata de direito patrimonial da parte sobre o qual ela pode dispor conforme preferir, podendo a audiência ser presidida por conciliador ou por juiz;
- (E) será possível e poderá abranger qualquer matéria, porque se trata de direito patrimonial da parte sobre o qual ela pode dispor conforme preferir, mas a audiência deverá ser presidida, necessariamente, pelo juiz togado que proferiu a sentença.

17

O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ, em razão da elevada quantidade de procedimentos em andamento, designou audiência de instrução e julgamento para uma sexta-feira, às 21 horas e 30 minutos, valendo-se das normas de organização judiciária do Estado Alfa. O juiz, na audiência, determinou a gravação audiovisual, com o registro escrito, exclusivamente, dos atos havidos por essenciais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, o juiz atuou de forma:

- (A) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;
- (B) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;
- (C) inadequada, considerando que é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante. Por outro lado, os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;
- (D) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Por outro lado, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;
- (E) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Ademais, é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante.

18

João, no interior do Município XYZ, verifica que seu desafeto se encontra metros à sua frente, já no Município ABC, considerando que os fatos ocorreram na divisa das municipalidades. João lança uma pedra na direção do seu inimigo, gerando nele lesões corporais de natureza leve.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, a competência para o processo e julgamento da infração penal será do Juizado Especial Criminal do:

- (A) Município XYZ e do Município ABC, à luz da teoria da ubiquidade;
- (B) Município ABC, à luz da teoria do resultado;
- (C) Município XYZ, à luz da teoria da atividade;
- (D) Município XYZ, à luz da teoria do resultado;
- (E) Município ABC, à luz da teoria da atividade.

19

Em sede de Juizado Especial da Fazenda Pública:

- (A) o valor da causa não pode superar quarenta salários mínimos;
- (B) a conciliação é inviável, diante da indisponibilidade do interesse público;
- (C) a conciliação é viável, mas necessariamente em valor inferior a quarenta salários mínimos, para que o ente público não assuma um compromisso de grande valor;
- (D) a conciliação é viável, mesmo com ente público, sendo possível, também, a oitiva de testemunhas que podem auxiliar a composição amigável;
- (E) embora a conciliação seja, em tese, viável, mesmo com ente público, a oitiva de testemunhas só deve ocorrer se a conciliação não for obtida, para possibilitar o julgamento da causa pelo juiz togado.

20

Guilherme foi processado pela prática do crime de calúnia simples (pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa), por três vezes, em concurso material.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Guilherme:

- (A) faz jus à suspensão condicional do processo, porquanto a pena mínima cominada ao delito, isoladamente, não ultrapassa o limite de um ano, não se computando os acréscimos decorrentes do concurso de crimes;
- (B) faz jus à transação penal, porquanto a pena mínima cominada ao delito, isoladamente, não ultrapassa o limite de um ano, não se computando os acréscimos decorrentes do concurso de crimes;
- (C) faz jus à transação penal e à suspensão condicional do processo, cuja escolha caberá ao Ministério Público, a partir de sua discricionariedade regrada;
- (D) não faz jus à suspensão condicional do processo, porquanto, em razão do cúmulo material, a pena mínima ultrapassa o limite de um ano;
- (E) não faz jus à transação penal, porquanto, em razão do cúmulo material, a pena mínima ultrapassa o limite de um ano.

21

Maria é conciliadora na Comarca de Salvador. Ocorre que, querendo reformar sua casa, começa a pensar em opções para incrementar sua renda.

Nesse caso, nos termos da Resolução TJBA nº 1/23, ela poderá:

- (A) cumular a função de juíza leiga do mesmo juizado;
- (B) cumular a função de juíza leiga em juizado de comarca vizinha, onde ainda não tenha atuação;
- (C) assumir cargo em comissão de assessoria a desembargador;
- (D) advogar em outros Juizados Especiais Cíveis, nos quais não tenha atuação, mesmo que estejam instalados na Comarca de Salvador;
- (E) advogar em outros Juizados Especiais Cíveis, nos quais não tenha atuação, mesmo que sejam vinculados ao Tribunal de Justiça da Bahia, desde que não estejam instalados em Salvador.

22

João cobra de Tripi Andaimes Ltda. duas diárias de seu trabalho autônomo no valor de 21 salários mínimos. Comparecem à audiência de conciliação prévia sem advogados. O réu se faz representar por preposto, munido de carta de preposição com poderes para transigir, mas que não comprova seu vínculo empregatício.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) a assistência por advogados é obrigatória na sessão de conciliação, razão pela qual a audiência deverá ser suspensa até que as partes nomeiem seus advogados;
- (B) por ser indispensável o vínculo empregatício do preposto, a parte ré deve ser considerada ausente ao ato;
- (C) a assistência por advogados é obrigatória, razão pela qual o autor deverá ser considerado ausente e, em consequência, o feito será remetido ao juiz togado para extinção com aplicação de multa;
- (D) o réu está regularmente representado no ato, porque não é necessário vínculo empregatício com seu preposto, nem é obrigatória a assistência por advogado na sessão de conciliação;
- (E) a assistência por advogado não é obrigatória neste caso, no entanto, por ser o réu pessoa jurídica, o feito só poderá prosseguir após o autor receber assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

23

O Ministério Público ofereceu transação penal em benefício de Tício, suposto autor de fato delituoso. Consta, dos autos, que Tício, em outro processo, foi condenado pela prática de roubo, sem trânsito em julgado. Verifica-se, ainda, que Tício se beneficiou da transação penal há seis anos. Não há informações sobre a conduta social e a personalidade do agente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que o Ministério Público:

- (A) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando que este responde pela prática de crime;
- (B) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando a inexistência de informações sobre a sua personalidade e conduta social;
- (C) não poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício, considerando que este já foi agraciado, anteriormente, pelo instituto despenalizador;
- (D) poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício. Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada, apenas, para impedir o mesmo benefício no prazo legal;
- (E) poderia ter oferecido o benefício da transação penal a Tício. Acolhendo a proposta do Ministério Público, aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, mas constará de certidão de antecedentes criminais à guisa de maus antecedentes.

24

Tício, no curso da suspensão condicional do processo, veio a ser processado pela prática do crime previsto no Art. 28 da Lei nº 11.343/2006 (posse de drogas para consumo pessoal).

Nesse cenário, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que o juiz:

- (A) poderá revogar a suspensão condicional do processo;
- (B) deverá revogar a suspensão condicional do processo;
- (C) deverá revogar a suspensão condicional do processo, após a oitiva do réu em audiência;
- (D) poderá revogar a suspensão condicional do processo, após a oitiva do réu em audiência;
- (E) dará prosseguimento ao período de prova, considerando a inexistência de trânsito em julgado em relação aos novos fatos.

25

Maria e João são casados e têm uma filha de 7 anos.

Pretendiam viajar para Fernando de Noronha no Réveillon. No entanto, no dia 27/12/2022, João foi preso em cumprimento de sentença condenatória definitiva. Maria, ao receber a notícia, tem um ataque cardíaco fulminante e falece.

Em razão disso, João pede ao advogado que tente cancelar as três passagens aéreas, sem o pagamento de multa. A ré, que já se encontrava em dificuldade financeira, negou o pedido e, logo após, veio a falir.

Em eventual demanda a ser ajuizada no Juizado Especial Cível, à luz da Lei nº 9.099/1995:

- (A) nenhum dos envolvidos poderia ser parte;
- (B) apenas o preso e o espólio podem ser partes;
- (C) apenas o preso, o espólio e a menor de idade (incapaz) podem ser partes;
- (D) apenas o preso e a massa falida da companhia aérea podem ser partes;
- (E) o preso, o espólio, a menor de idade (incapaz) e a massa falida da companhia aérea podem ser partes.

Direito do Consumidor

26

Márcia, operadora de caixa, operou uma hérnia com o dr. Luiz Roberto. Embora a cirurgia fosse simples, algumas complicações surgiram, culminando, inclusive, em sequelas permanentes.

Ela, então, ajuizou demanda indenizatória em face do médico. A perícia concluiu que o trabalho cirúrgico fora perfeito, em avançada técnica médica. Apontou, também, que o termo de consentimento informado tinha a seguinte redação, toda em maiúsculas:

“ATENÇÃO: TODAS AS CIRURGIAS ENVOLVEM RISCOS. PROCURE SE INFORMAR!”

Nesse caso, o juiz deverá:

- (A) afastar qualquer responsabilidade do médico, notadamente porque eventual falta de informação adequada nada tem a ver com o serviço médico prestado;
- (B) reconhecer infração ao dever de informação, uma vez que cabe ao fornecedor apresentar a informação completa, com todos os detalhes, sem jamais impor ao consumidor o ônus de ir buscá-la por meios próprios;
- (C) reconhecer que não houve infração ao dever de informação, porque a advertência quanto aos riscos foi feita em linguagem clara e destacada, de modo que não era exigido especificar pormenores técnicos que a consumidora, que não é médica, sequer conheceria;
- (D) reconhecer que não houve defeito informacional, considerando que não se pode exigir que o profissional liberal explique todos os riscos ao consumidor, sob pena de determinar que ele trabalhe contra si mesmo, atemorizando seus potenciais clientes;
- (E) reconhecer vício informacional, uma vez que cabe ao fornecedor apresentar a informação completa, em todos os detalhes, sendo excepcionais os casos em que se permite a imposição ao consumidor do ônus de ir buscá-la por meios próprios.

27

Acerca dos conceitos de vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor, é correto afirmar que:

- (A) são conceitos sinônimos que exprimem a fragilidade do consumidor perante o fornecedor e, em consequência, reclamam proteção ao sujeito mais fraco da relação jurídica;
- (B) a vulnerabilidade, que deve ser provada em cada caso, é a fragilidade do consumidor perante o fornecedor, decorrente da diferença de poderio técnico, econômico e informacional, ao passo que a hipossuficiência, presumida de modo absoluto pela lei, é critério para a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando sua dificuldade processual se mostrar exacerbada;
- (C) a vulnerabilidade, presumida de modo absoluto pela lei, é a fragilidade do consumidor perante o fornecedor, decorrente da diferença de poderio técnico, econômico e informacional, ao passo que a hipossuficiência, também presumida de modo absoluto pela lei, é critério para a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando sua dificuldade processual se mostrar exacerbada;
- (D) a vulnerabilidade, presumida de modo absoluto pela lei, é a fragilidade do consumidor perante o fornecedor, decorrente da diferença de poderio técnico, econômico e informacional, ao passo que a hipossuficiência, que deve ser evidenciada em cada caso, é critério para a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando sua dificuldade processual se mostrar exacerbada;
- (E) a vulnerabilidade, que deve ser provada em cada caso, é a fragilidade do consumidor perante o fornecedor, decorrente da diferença de poderio técnico, econômico e informacional, ao passo que a hipossuficiência, que também depende de prova específica, é critério para a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando sua dificuldade processual se mostrar exacerbada.

28

Dayanne cruzava a rua quando foi atropelada pelo ônibus da empresa ABS Transportes Públicos Ltda., cujo freio falhou apesar de todos os esforços de seu motorista, Antenor.

Nesse caso, Dayanne é considerada:

- (A) terceira não consumidora dos serviços da ABS Transportes Públicos Ltda.;
- (B) consumidora por equiparação (*bystander*) dos serviços da ABS Transportes Públicos Ltda.;
- (C) consumidora no sentido coletivo dos serviços da ABS Transportes Públicos Ltda.;
- (D) consumidora *standard* dos serviços da ABS Transportes Públicos Ltda.;
- (E) consumidora virtual dos serviços da ABS Transportes Públicos Ltda.

29

São entidades de caráter público:

- (A) todos os cadastros e bancos de dados de consumidores;
- (B) apenas os bancos de dados de consumidores;
- (C) apenas os cadastros de consumidores;
- (D) apenas os cadastros e bancos de dados de consumidores mantidos por entidades governamentais;
- (E) apenas os bancos de dados de consumidores mantidos por entidades governamentais.

30

Sobre a conciliação no processo de superendividamento previsto pelos Art. 104-A e ss. do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- (A) com relação aos credores que não desejaram aderir ao plano de repactuação das dívidas, não será possível impor, em qualquer caso, as condições ajustadas na audiência de conciliação, porque a autocomposição não deve ser compulsória, sob pena de violar sua essência voluntária e de empoderamento das partes;
- (B) a ausência injustificada de credores à audiência acarreta a suspensão da exigibilidade do respectivo débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor;
- (C) o reconhecimento do superendividamento, assim entendido como a incapacidade de o consumidor pessoa natural fazer frente a todas as suas despesas, importará em declaração de insolvência civil;
- (D) devem ser convocados para a audiência de conciliação apenas os credores de dívidas vencidas e com valor significativo à luz dos rendimentos do consumidor superendividado;
- (E) o juiz pode impor, mesmo sem requerimento do consumidor, o processo de repactuação das dívidas, cujo primeiro ato é a audiência conciliatória.

31

A revisão do contrato por força de onerosidade excessiva é um dos direitos fundamentais do consumidor.

Para justificar sua aplicação, à luz do Código de Defesa do Consumidor, é necessário demonstrar:

- (A) apenas a desproporção das prestações;
- (B) apenas a desproporção das prestações e o fato superveniente que a causou;
- (C) apenas a desproporção das prestações, o fato superveniente que a causou e seu caráter inevitável ou imprevisível;
- (D) apenas a desproporção das prestações, o fato superveniente que a causou e seu caráter inevitável e imprevisível;
- (E) a desproporção das prestações, o fato superveniente que a causou, seu caráter inevitável e imprevisível e o enriquecimento sem causa do fornecedor.

32

Sobre a remuneração pelo serviço, é correto afirmar que se trata de:

- (A) elemento essencial da relação de consumo, necessariamente de maneira direta (contraprestação pelo serviço ou produto);
- (B) elemento não essencial da relação de consumo, necessariamente de maneira direta (contraprestação pelo serviço ou produto);
- (C) elemento não essencial da relação de consumo, que pode se verificar de maneira direta (contraprestação pelo serviço ou produto) ou de maneira indireta (vantagem concedida para atrair consumidores);
- (D) elemento essencial da relação de consumo, que pode se verificar de maneira direta (contraprestação pelo serviço ou produto) ou de maneira indireta (vantagem concedida para atrair consumidores);
- (E) elemento essencial da relação de consumo, que pode se verificar de maneira direta (contraprestação pelo serviço ou produto), de maneira indireta (vantagem concedida para atrair consumidores) e, ainda, como contraprestação pelo trabalho dos empregados.

33

A conceituação de consumidor e de fornecedor é disputada entre, basicamente, duas teorias: a maximalista e a finalista. Da prática jurisprudencial, nasceu uma variação desta última, a chamada teoria finalista mitigada, que hoje prevalece.

Um caso de aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a teoria que o justifica são:

- (A) consumidor pessoa física e concessionária de energia; teoria maximalista;
- (B) pequeno produtor rural que adquire máquina agrícola e fabricante; teoria finalista;
- (C) sociedade de aviação civil e distribuidora de combustível; teoria finalista mitigada;
- (D) microempresa e serviços de máquinas de cartão de crédito; teoria finalista mitigada;
- (E) vítima de acidente de consumo e causador dos danos; teoria maximalista.

34

Imagine que, em um contrato coletivo envolvendo todas as unidades de um determinado condomínio, há uma cláusula que deixa a critério exclusivo do fornecedor a alteração unilateral de preço.

Considerando a situação narrada, à luz do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que a cláusula é:

- (A) válida e eficaz;
- (B) abusiva e, por constituir o preço um elemento essencial do negócio, sua nulidade levará, necessariamente, à invalidação do contrato;
- (C) abusiva, mas a declaração de sua nulidade não levará à invalidação do contrato, exceto se sua ausência representar ônus excessivo a qualquer das partes;
- (D) abusiva, mas a declaração de sua nulidade não levará à invalidação do contrato, exceto se sua ausência representar ônus excessivo a qualquer consumidor, independentemente do prejuízo ao fornecedor, que a impôs;
- (E) abusiva, mas a declaração de sua nulidade não levará à invalidação do contrato, exceto se sua ausência representar ônus excessivo à coletividade dos moradores, independentemente de causar prejuízo às partes individualmente consideradas.

35

Teobaldo recebe uma carta em sua casa, remetida por seu banco, cobrando-lhe por serviços não prestados. Teobaldo, imediatamente, aciona o Juizado Especial Cível para obter a suspensão da cobrança e a repetição em dobro do valor cobrado.

Jéssica paga uma viagem aérea e, posteriormente, pede o cancelamento porque suas férias foram redesignadas para outra data. Vai ao juizado especial requerer a repetição em dobro dos valores pagos e não devolvidos administrativamente.

Leonor verifica em sua conta bancária o desconto de diversos seguros não contratados, por imposição unilateral do banco. Ajuíza demanda indenizatória, com pedido de repetição em dobro.

Supondo que todos tenham razão quanto à irregularidade da conduta do fornecedor, terá(ão) direito à repetição em dobro, nos termos do Art. 42, § único, do CDC:

- (A) Teobaldo, Jéssica e Leonor;
- (B) apenas Jéssica e Leonor;
- (C) apenas Leonor;
- (D) apenas Teobaldo e Jéssica;
- (E) nenhum dos três.

Direito Civil

36

O pagamento putativo é aquele feito de boa-fé a quem parece, pelas circunstâncias do caso concreto, ser o credor, ainda que se prove posteriormente que não o era.

Para o direito civil, é considerado:

- (A) existente, válido e eficaz;
- (B) inexistente;
- (C) existente, porém inválido;
- (D) existente e válido, porém ineficaz;
- (E) existente, válido e de eficácia condicionada à comprovação da reversão em favor da instituição financeira.

37

No dia 29/02/2020, Maria da Penha compra um imóvel da Construtora Lar Paraíso Ltda. Os pagamentos são previstos da seguinte forma: entrada em quinze dias corridos, intermediária dali a um ano e parcela final em meados de fevereiro de 2023.

Nesse caso, à luz do Código Civil, as parcelas têm vencimento, respectivamente, em:

- (A) 14/03/2020; 28/02/2021 e 15/02/2023;
- (B) 14/03/2020; 01/03/2021 e 15/02/2023;
- (C) 15/03/2020; 28/02/2021 e 14/02/2023;
- (D) 15/03/2020; 01/03/2021 e 14/02/2023;
- (E) 15/03/2020; 01/03/2021 e 15/02/2023.

38

À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que se qualifica como ato jurídico perfeito:

- (A) a sentença judicial da qual não caiba mais recurso;
- (B) o contrato celebrado à luz da legislação vigente, ainda que tenha efeitos futuros;
- (C) o contrato celebrado à luz da legislação vigente, salvo se tiver efeitos futuros;
- (D) os direitos que o titular tem incorporados definitivamente a seu patrimônio, ainda que sujeitos a termo fixo (por exemplo, prazo inicial);
- (E) os direitos que o titular tem incorporados definitivamente a seu patrimônio, exceto se sujeitos a termo fixo (por exemplo, prazo inicial).

39

O Código Civil de 2002 é marcado pela operabilidade, isto é, pela preocupação em tornar as normas jurídicas operáveis na solução das relações jurídicas cotidianas. Por isso mesmo, estabelece uma série de presunções para os casos em que as partes se omitem acerca de questões relevantes dos negócios que ajustam.

Nesse caso, à luz do Código Civil, se um acordo em audiência nada dispuser acerca do prazo ou do local do pagamento, é correto afirmar que:

- (A) o pagamento será feito no domicílio do devedor e pode ser exigido imediatamente;
- (B) o pagamento será feito no domicílio do credor e pode ser exigido imediatamente;
- (C) o pagamento será feito no domicílio do devedor e poderá ser exigido apenas após sessenta dias;
- (D) o pagamento será feito no domicílio do credor e poderá ser exigido apenas após noventa dias;
- (E) sem esses dados (local e dia do pagamento), a obrigação torna-se inexigível (obrigação natural).

40

A responsabilidade civil, em seu modelo clássico, pressupõe alguns elementos, como conduta, dano, nexos causal e culpa ou dolo.

No entanto, em alguns casos específicos, alguns desses elementos sofrem releitura, para ampliá-los ou até dispensá-los.

Na responsabilidade civil objetiva, é prescindível a comprovação de:

- (A) culpa ou dolo;
- (B) dano;
- (C) conduta;
- (D) nexos causal;
- (E) conduta e nexos causal.

41

Após formalizar acordo em Juizado Especial Cível, Teresa procede ao pagamento da dívida reconhecida, no valor de trinta e oito mil reais, em moedas de cinco centavos.

Glauce, a credora, é obrigada a contratar uma carreta que realiza frete para levar a quantia, em segurança, ao banco. Além disso, sofre diversos transtornos.

Nesse caso, a conduta de Teresa caracteriza:

- (A) exercício regular de direito que, diante dos prejuízos provocados, pode, excepcionalmente, gerar responsabilidade civil;
- (B) cumprimento de dever legal, impassível de gerar responsabilidade civil;
- (C) exercício regular de direito, impassível de gerar responsabilidade civil;
- (D) abuso de direito, impassível de gerar responsabilidade civil;
- (E) abuso de direito, a gerar responsabilidade civil.

42

Suponha que alguém, por inexperiência em determinada área de conhecimentos específicos, comprometa-se a uma prestação manifestamente desproporcional.

Nesse caso, à luz do Código Civil, o negócio jurídico firmado é:

- (A) válido e eficaz;
- (B) anulável por lesão;
- (C) anulável por erro;
- (D) anulável por estado de perigo;
- (E) anulável por coação.

43

Leonardo ofende Denise, famosa cantora, em suas redes sociais. Ela ajuíza, então, demanda no Juizado Especial Cível. Na sessão conciliatória, propõe a Leonardo a desistência do processo, desde que ele dirija suas ofensas a Adilson, principal rival de Denise. Sem que ele se dispusesse a isso, não seria possível o negócio jurídico.

Nesse caso, a cláusula imposta é considerada:

- (A) condição suspensiva nula;
- (B) condição resolutiva nula;
- (C) condição suspensiva anulável;
- (D) condição resolutiva anulável;
- (E) encargo invalidante do negócio jurídico.

44

Imagine uma disputa em torno de uma dívida de dez mil reais, na qual uma das partes pretenda a celebração do acordo para pagamento em parcelas ou, se isto não for aceito, a entrega de um bem mais valioso (um carro) em vez do dinheiro.

Suponha, ainda, que o negócio previa, originalmente, o pagamento à vista, sem a faculdade de substituição pelo carro.

Nesse caso, com base no Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) apenas o parcelamento depende da aceitação do credor;
- (B) ambas as propostas (parcelamento e entrega de bem mais valioso) dependem da aceitação do credor;
- (C) apenas a entrega de bem mais valioso depende da aceitação do credor;
- (D) nenhuma das propostas (parcelamento e entrega de bem mais valioso) demanda a aceitação do credor, nem com relação ao número de parcelas e demais detalhes da entrega do carro;
- (E) nenhuma das propostas (parcelamento e entrega de bem mais valioso) demanda a aceitação do credor, mas, para a definição do número de parcelas e demais detalhes da entrega do carro, devem ser acatadas as suas preferências.

45

Imagine que determinada Prefeitura, ao interpretar norma de conteúdo indeterminado, cria um dever jurídico novo aos municípios, em contrariedade a seu consolidado entendimento em casos idênticos.

À luz exclusivamente da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a alteração de entendimento consolidado pela Administração Pública;
- (B) somente poderia ser criado regime de transição se a norma que deu base à nova orientação fosse de conteúdo determinado;
- (C) não é possível impor regime de transição à Fazenda Pública, sobretudo quando em jogo o interesse público, ainda que nova interpretação contrarie entendimento consolidado anterior;
- (D) embora não seja possível estabelecer regime de transição, diante da indisponibilidade do poder público, pode ser proposta a resolução da questão em perdas e danos (pagamento de indenização);
- (E) pode ser proposto regime de transição para que o dever imposto, em contrariedade à orientação anterior, seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Direito Processual Civil

46

Sobre as espécies de pronunciamentos do juiz, é correto afirmar que:

- (A) a extinção da fase executiva do processo se dá mediante decisão interlocutória de mérito;
- (B) os despachos não possuem conteúdo decisório e normalmente têm conteúdo de mérito;
- (C) a sentença do juiz não precisa ser assinada pelo magistrado para ter eficácia;
- (D) a decisão interlocutória não tem conteúdo de mérito e não extingue incidente processual;
- (E) a sentença, em regra, é composta por relatório, fundamentação e dispositivo.

47

As provas no processo civil moderno:

- (A) podem ser produzidas antes mesmo do ajuizamento da ação principal, através de procedimento de produção antecipada de provas;
- (B) não podem ser consideradas ilícitas se servirem para resguardar algum tipo de direito por parte de pessoa incapaz;
- (C) devem ser produzidas na esfera judicial, não se admitindo provas extrajudiciais, como a ata notarial;
- (D) não são absolutas, salvo a confissão, considerada a “rainha das provas”;
- (E) são produzidas a critério das partes, sem qualquer intervenção ou autorização do magistrado, em razão do princípio da liberdade de provas.

48

No que tange à competência, é correto afirmar que:

- (A) os critérios de competência territorial são estabelecidos no Código de Processo Civil, sendo espécie de competência absoluta;
- (B) a competência em relação à matéria deve ser alegada em preliminar de contestação;
- (C) a competência relativa pode ser modificada pela conexão, mas não pela continência, por ser mais abrangente;
- (D) as partes podem modificar a competência em razão da função, desde que a partir de cláusula de eleição de foro;
- (E) a competência em razão do valor não é aplicável no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

49

O Poder Judiciário não tem como exercer sua função e missão constitucional de forma isolada e por isso necessita da participação de outros atores, denominados auxiliares da justiça, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Sobre os auxiliares da justiça, é correto afirmar que:

- (A) os conciliadores e mediadores não podem ser considerados auxiliares da justiça, já que tais funções não têm previsão constitucional;
- (B) o Ministério Público pode atuar em processos cíveis como fiscal da lei ou parte, mas não na defesa da ordem jurídica por falta de previsão legal;
- (C) a Advocacia Pública patrocina os interesses de entes federativos em juízo e não tem prerrogativa de intimação pessoal, em razão do princípio da isonomia;
- (D) a Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais;
- (E) o juiz pode nomear intérprete ou tradutor toda vez que tiver algum tipo de dificuldade para compreender questões técnicas trazidas por testemunha.

50

O princípio do processo civil aplicável ao procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995 é o princípio do(a):

- (A) formalidade;
- (B) anterioridade;
- (C) celeridade;
- (D) *in dubio pro reo*;
- (E) pessoalidade.

51

No âmbito dos processos judiciais, é considerado prazo o intervalo de tempo para que determinada conduta seja realizada.

Nesse sentido, prazos:

- (A) peremptórios podem ser alterados pela vontade das partes;
- (B) judiciais são estabelecidos pelo juiz, no caso de omissão legal;
- (C) próprios são aqueles definidos em Lei;
- (D) serão contados excluindo o dia do começo e o dia do vencimento;
- (E) podem ser renovados, caso seja verificada situação de justa causa, desde que previamente informada pela parte.

52

É obrigação de todos os sujeitos processuais agirem em cooperação entre si e com o julgador, o que:

- (A) revela o conteúdo jurídico do princípio da razoável duração do processo;
- (B) permite não cumprir decisões judiciais que lhes são desfavoráveis;
- (C) corrobora o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade;
- (D) garante a interposição de recursos, inclusive de intuito manifestamente protelatório;
- (E) impede a apresentação de questionamentos à decisão judicial.

53

Sobre os conciliadores e mediadores judiciais, é correto afirmar que:

- (A) devem adotar o princípio da confidencialidade, em relação a todas as informações produzidas na audiência de conciliação;
- (B) se forem advogados, podem exercer a advocacia nos juízos em que desempenhem suas funções;
- (C) não estão sujeitos a regras de suspeição e impedimento;
- (D) não há necessidade de cadastro prévio junto ao Tribunal local de atuação para exercer a função de conciliador e mediador;
- (E) em razão do princípio da legalidade, conciliadores e mediadores devem necessariamente ser remunerados pela função exercida.

54

A Lei nº 9.099/1995 dispõe sobre os procedimentos judiciais no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Em relação ao procedimento cível, é correto afirmar que:

- (A) não compete aos Juizados Especiais Cíveis a execução de seus julgados, em razão da alta complexidade da questão;
- (B) os Juizados Especiais Cíveis têm competência sobre causas de menor e média complexidade, assim como nos casos de despejo por falta de pagamento;
- (C) os prazos judiciais são contados em dias corridos, em razão de regra especial ao Código de Processo Civil;
- (D) não se admite pedido oral, formulado por advogado no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis;
- (E) a revelia, para fins do procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995, é a ausência do réu à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento.

55

Sobre a audiência de conciliação, é correto afirmar que:

- (A) pode ser realizada por meio eletrônico, nos termos da lei;
- (B) pode ser conduzida por juízes ou conciliadores, desde que aprovados em concurso público;
- (C) tem como objetivo a oitiva de testemunhas ou a obtenção de acordo;
- (D) é obrigatório ser realizada em todos os procedimentos do processo civil brasileiro;
- (E) é obrigatório o comparecimento dos advogados na audiência de conciliação.

Direito Penal

56

João compareceu ao pequeno comércio de Joana, idosa de 71 anos de idade. Após colocar diversos produtos em um carrinho de compras, o agente dirigiu-se ao caixa, ocasião em que entregou à proprietária papel-moeda grosseiramente falsificado, para fins de pagamento. Em seguida, logrando êxito em seu intento, João deixou o estabelecimento e se evadiu.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, João incorrerá no crime de:

- (A) estelionato, perseguível mediante ação penal pública incondicionada;
- (B) moeda falsa, perseguível mediante ação penal pública incondicionada;
- (C) furto, perseguível mediante ação penal pública incondicionada;
- (D) moeda falsa qualificado, por se tratar de vítima idosa;
- (E) estelionato qualificado, por se tratar de vítima idosa.

57

Petrônio foi condenado, definitivamente, às penas de quatro anos de reclusão e dez dias-multa, em razão da prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, houve a edição da lei XYZ, que deixou de considerar o emprego de arma de fogo como causa de aumento de pena no delito de roubo.

Nesse cenário, é correto afirmar que a nova legislação:

- (A) não retroagirá, considerando que a retroatividade da lei penal se restringe às hipóteses de *abolitio criminis*, quando a lei não mais considera o fato como criminoso;
- (B) retroagirá, desde que a lei entre em vigor antes do início do cumprimento da pena;
- (C) não retroagirá, considerando o princípio da irretroatividade da lei penal;
- (D) retroagirá, considerando que a nova lei é benéfica ao acusado;
- (E) não retroagirá, considerando que a lei não prejudicará a coisa julgada.

58

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, consecutórios do devido processo legal, João, reincidente, foi condenado pela prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.

Considerando as disposições do Código Penal sobre o cálculo da pena, o juiz fixará a pena-base atendendo-se às:

- (A) circunstâncias judiciais do Art. 59 do Código Penal; em seguida, serão consideradas as causas de diminuição e de aumento; por último, as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- (B) circunstâncias judiciais do Art. 59 do Código Penal; em seguida, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento;
- (C) causas de diminuição e de aumento; em seguida, serão consideradas as circunstâncias judiciais do Art. 59 do Código Penal; por último, as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- (D) causas de diminuição e de aumento; em seguida, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as circunstâncias judiciais do Art. 59 do Código Penal;
- (E) circunstâncias atenuantes e agravantes; em seguida, serão consideradas as circunstâncias judiciais do Art. 59 do Código Penal; por último, as causas de diminuição e de aumento.

59

João e Guilherme estavam a bordo de uma lancha, a caminho de uma praia paradisíaca, ocasião em que o marinheiro Jonatan acabou por colidir em uma pedra. Com a lancha afundando, João e Guilherme se jogaram ao mar, momento em que visualizaram um único colete salva-vidas. Após uma breve luta corporal, João conseguiu permanecer com o bem, enquanto Guilherme, desamparado, veio a óbito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João atuou sob o manto do(a):

- (A) exercício regular de um direito, causa de exclusão da culpabilidade;
- (B) inexigibilidade de conduta diversa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (C) legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (D) estado de necessidade, causa de justificação;
- (E) legítima defesa, causa de justificação.

60

João subtraiu, para si, o telefone celular de Guilherme, sem empregar violência ou grave ameaça. Dois dias depois dos fatos, após refletir sobre a sua conduta e antes do recebimento da denúncia, João devolve o aparelho celular ao legítimo proprietário.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

- (A) responderá pelo crime de furto, com redução da pena de um a dois terços, em razão do arrependimento posterior;
- (B) responderá pelo crime de furto, com redução da pena de um a dois terços, em razão do arrependimento eficaz;
- (C) responderá pelo crime de furto, com redução da pena de um a dois terços, em razão da desistência voluntária;
- (D) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento posterior;
- (E) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento eficaz.

Direito Processual Penal

61

Tício é objeto de investigação, no bojo de um inquérito policial, pela suposta prática de crime de homicídio qualificado. A defesa técnica, então, impetra, junto ao juízo criminal, *habeas corpus*, visando ao trancamento das investigações. A ordem requerida é denegada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, em face da decisão que nega a ordem de *habeas corpus*:

- (A) é cabível a interposição de recurso de apelação;
- (B) é cabível a interposição de embargos infringentes;
- (C) é cabível a interposição de recurso em sentido estrito;
- (D) não é cabível a interposição de recurso, mas sim de pedido de reconsideração da decisão;
- (E) não é cabível a interposição de recurso, mas sim de novo *habeas corpus* junto ao Tribunal.

62

João é investigado pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Preenchidos os requisitos legais, o Ministério Público celebrou, com João, Acordo de Não Persecução Penal, devidamente homologado pelo juízo competente, na persecução penal pré-processual.

Nesse cenário, se caracteriza exceção ao seguinte princípio da ação penal pública:

- (A) intranscendência;
- (B) indisponibilidade;
- (C) obrigatoriedade;
- (D) indivisibilidade;
- (E) oficialidade.

63

João, vítima de extorsão, compareceu à Delegacia de Polícia, objetivando registrar o ocorrido. Em sede policial, o ofendido foi convidado a descrever a pessoa que praticou o crime. Em seguida, o delegado de polícia lhe apresentou, conjuntamente, cinco fotografias de pessoas com semelhanças físicas, tendo a vítima reconhecido Tício, autor do delito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que o reconhecimento fotográfico:

- (A) poderá ser utilizado como elemento de prova em uma sentença condenatória, considerando que a inobservância das normas legais sobre o reconhecimento de pessoas e coisas gera mera irregularidade;
- (B) poderá ser utilizado como elemento de prova em uma sentença condenatória, considerando a observância das normas legais sobre o reconhecimento de pessoas e coisas;
- (C) não poderá ser utilizado como elemento de prova em uma sentença condenatória, considerando que este é expressamente proscrito pela legislação processual;
- (D) não poderá ser utilizado como elemento de prova em uma sentença condenatória, porquanto este é mera etapa antecedente de um reconhecimento pessoal;
- (E) poderá ser utilizado como elemento de prova em uma sentença condenatória, desde que o reconhecimento fotográfico seja repetido em juízo.

64

O Ministério Público moveu ação penal em face de Tício, pela suposta prática do crime de estelionato. Com a vinda dos autos para a prolação da sentença, o juiz verifica, à luz dos fatos descritos na denúncia, que, na verdade, restou caracterizado o delito de furto qualificado pela fraude.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) deverá realizar nova instrução processual, informando as partes sobre a capitulação jurídica adequada, para que haja o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- (B) poderá condenar Tício pelo crime de furto qualificado pela fraude, discordando da capitulação jurídica atribuída aos fatos pelo Ministério Público;
- (C) poderá instar o Ministério Público a aditar a denúncia, no prazo de cinco dias, para corrigir a capitulação jurídica atribuída aos fatos;
- (D) deverá proferir sentença e absolver o acusado, considerando o erro de capitulação jurídica por parte do Ministério Público;
- (E) não poderá condenar Tício pelo crime de furto qualificado pela fraude, sob pena de ofensa ao princípio acusatório.

65

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, observando-se o procedimento comum ordinário.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público e a defesa técnica, em alegações finais orais, terão o prazo de quinze minutos, prorrogáveis por mais dez minutos;
- (B) o juiz, finda a instrução processual, proferirá sentença oral, não podendo se estender por mais de trinta minutos;
- (C) o juiz iniciará a inquirição das testemunhas, passando a palavra, em seguida, à parte que as arrolou;
- (D) o juiz poderá indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias;
- (E) o Ministério Público e a defesa técnica poderão arrolar, cada qual, cinco testemunhas.

Direito Constitucional

66

Joana compareceu à sede do Ministério Público Estadual na Comarca Alfa e noticiou que o aterro sanitário mantido pelo Município homônimo Alfa, às margens do rio X, o maior da região e que passava por diversos Municípios, vinha causando sérios danos ambientais, comprometendo a flora, a fauna, a economia e o abastecimento de água na região, já que resíduos industriais e hospitalares eram livremente despejados no local e não passavam por nenhum tratamento, sendo, por fim, despejados no rio.

Ao receber a representação de Joana, o promotor de Justiça constatou que estava perante uma lesão aos denominados interesses:

- (A) difusos;
- (B) coletivos;
- (C) difundidos;
- (D) públicos secundários;
- (E) individuais homogêneos.

67

Ana tomou conhecimento de que o seu enquadramento em determinado programa assistencial do Estado-membro Alfa foi indeferido sob o argumento de que, conforme informações cadastrais do Município Beta, onde residia, ela figurava como proprietária de diversos imóveis no território municipal. De posse de uma certidão negativa do registro geral de imóveis situado no Município Beta, Ana solicitou a retificação desses dados, não preferindo fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Apesar da certidão, o requerimento de Ana foi indeferido, por escrito, de forma arbitrária e ilegal, sob o argumento de que o cadastro municipal possui “presunção de veracidade”.

A ação constitucional passível de ser ajuizada por Ana, de modo a obter a retificação almejada, é o(a):

- (A) reclamação constitucional;
- (B) mandado de retificação;
- (C) mandado de segurança;
- (D) mandado de injunção;
- (E) *habeas data*.

68

João, estagiário do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, recebeu a incumbência, do seu superior hierárquico, de identificar se determinada matéria de natureza cível se inseria, ou não, no rol de competências do Tribunal de Justiça.

Ao solicitar que lhe fosse informado em que diploma normativo estavam previstas essas competências, foi corretamente explicado a João que ele deveria consultar o(a):

- (A) Constituição Estadual;
- (B) Código de Processo Civil;
- (C) Constituição da República de 1988;
- (D) lei de organização e divisão judiciárias;
- (E) lei complementar estadual fixadora dessas competências.

69

A Constituição da República de 1988 estatuiu, em seu Art. 5º, LXXVI, que o registro civil de nascimento e a certidão de óbito “são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei”.

É correto afirmar que, da interpretação desse comando constitucional, é obtida uma norma de eficácia:

- (A) plena e de aplicabilidade contida;
- (B) contida e de princípio institutivo;
- (C) programática e de eficácia institutiva;
- (D) limitada e de natureza programática;
- (E) programática e de aplicabilidade imediata.

70

Joana, estudante, questionou o seu professor de direito constitucional a respeito da participação, ou não, do presidente da República no processo legislativo voltado à aprovação de uma emenda constitucional.

O professor respondeu, corretamente, que o chefe do Poder Executivo:

- (A) apenas tem poder de veto;
- (B) apenas tem poder de iniciativa legislativa;
- (C) não pode participar desse processo legislativo;
- (D) apenas tem poder de iniciativa legislativa e de veto;
- (E) tem poder de iniciativa legislativa e de veto, podendo ainda promulgar a emenda constitucional.

Direito Administrativo

71

João e Guilherme são agentes públicos lotados na repartição XYZ, inexistindo qualquer relação de hierarquia entre as partes.

Um determinado dia, João pretende delegar atribuição administrativa não exclusiva para Guilherme. Por sua vez, Guilherme tem a intenção de avocar atribuições de João.

Nesse cenário, é correto afirmar que João:

- (A) poderá delegar atribuições para Guilherme. No mesmo sentido, Guilherme poderá avocar atribuições de João;
- (B) não poderá delegar atribuições para Guilherme. No mesmo sentido, Guilherme não poderá avocar atribuições de João;
- (C) não poderá delegar atribuições para Guilherme. Por outro lado, Guilherme poderá avocar atribuições de João;
- (D) poderá delegar atribuições para Guilherme. Por outro lado, Guilherme não poderá avocar atribuições de João;
- (E) poderá delegar atribuições para Guilherme. No mesmo sentido, Guilherme poderá avocar atribuições de João, salvo proibição da autoridade hierarquicamente superior aos agentes públicos.

72

Petrônio conduzia um veículo automotor, momento em que foi atingido pelo automóvel da autarquia XYZ, causando danos sérios ao seu carro, utilizado diuturnamente em suas atividades laborativas.

Nesse cenário, a responsabilidade civil da autarquia é:

- (A) objetiva, dispensando a comprovação de dolo ou de culpa, considerando que a responsabilização civil da Administração Pública direta e indireta prescinde da discussão sobre o elemento anímico;
- (B) objetiva, dispensando a comprovação de dolo ou de culpa, por se tratar de entidade de direito público integrante da Administração Pública indireta;
- (C) subjetiva, demandando a comprovação de dolo ou de culpa, por se tratar de entidade de direito privado integrante da Administração Pública indireta;
- (D) objetiva, dispensando a comprovação de dolo ou de culpa, por se tratar de órgão integrante da Administração Pública direta;
- (E) subjetiva, demandando a comprovação de dolo ou de culpa, por se tratar de órgão integrante da Administração Pública direta.

73

Sandro, agente público de direito, permitiu que Guilherme utilizasse, em obra particular, máquina de propriedade da Administração Pública municipal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, Sandro incorrerá em ato de improbidade administrativa que:

- (A) causa prejuízo ao erário, se demonstrado o dolo;
- (B) importa enriquecimento ilícito, se demonstrado o dolo;
- (C) importa enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário, se demonstrado o dolo;
- (D) atenta contra os princípios da Administração Pública, se comprovado o dolo ou a culpa;
- (E) causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, se demonstrado o dolo.

74

Guilherme, agente público, compareceu à sede da Administração Pública, postulando a emissão de uma certidão versando sobre a sua situação funcional, sendo imediatamente atendido.

Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) de controle;
- (D) negocial;
- (E) punitivo.

75

A Administração Pública editou o ato administrativo XYZ, observando todas as formalidades exigidas em lei. Alguns meses após os fatos, o ente estatal, por intermédio de João, agente público competente, revoga o ato administrativo, ao argumento de que este se tornou inconveniente e inoportuno para a finalidade pública.

Nesse cenário, a atuação da Administração Pública se baseou no princípio da:

- (A) proporcionalidade;
- (B) continuidade;
- (C) autotutela;
- (D) legalidade;
- (E) eficiência.

Ética

76

Janice, servidora do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, foi lotada em um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Ao questionar um colega a respeito das atribuições dessa estrutura, foi-lhe informado que ela é responsável por:

- (1) promover a realização ou a gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores;
- (2) incentivar e promover a capacitação e atualização de conciliadores e mediadores; e
- (3) orientar o cidadão.

Em relação às informações recebidas por Janice, é correto afirmar, à luz da Resolução CNJ nº 125/2010, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a informação 1 está certa;
- (C) apenas as informações 1 e 2 estão certas;
- (D) apenas as informações 1 e 3 estão certas;
- (E) apenas as informações 2 e 3 estão certas.

77

Ana, juíza leiga no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Beta, foi designada para atuar no Juizado Especial X. Ao se inteirar de suas atribuições e deveres, Ana constatou que, em consonância com a Resolução CNJ nº 174/2013 (Código de Ética), na hipótese de divergência de entendimento jurídico com o juiz togado:

- (A) deve se subordinar ao entendimento do juiz togado;
- (B) instala-se um conflito de competência, que deve ser resolvido pela turma recursal;
- (C) instala-se um conflito de competência, que deve ser resolvido pela Presidência do Tribunal de Justiça;
- (D) é protegida pela independência funcional, mas o seu entendimento pode não ser acolhido pelo juiz togado;
- (E) é protegida pela independência funcional, e o seu entendimento, no ato que praticar, não pode ser modificado.

78

João, que atuava como conciliador no âmbito de determinada estrutura do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, buscou se inteirar sobre a possibilidade de Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação realizarem sessões de mediação ou conciliação no território desse Estado.

Ao final de suas reflexões, João concluiu, corretamente, à luz da Resolução CNJ nº 125/2010, que tais Câmaras:

- (A) não podem realizar as referidas sessões, sob pena de usurpação da competência jurisdicional;
- (B) podem realizar as referidas sessões, apenas no plano pré-processual, desde que estejam inseridas no cadastro adequado;
- (C) podem realizar as referidas sessões, pré-processuais ou incidentes a processo judicial, sendo exigido, em ambos os casos, que estejam inseridas no cadastro adequado;
- (D) podem realizar as referidas sessões, pré-processuais ou incidentes a processo judicial, independentemente de qualquer cadastro, considerando se tratar de atividade privada;
- (E) podem realizar as referidas sessões, incidentes a processo judicial, caso estejam inseridas no cadastro adequado, sendo o cadastramento facultativo para sessões pré-processuais.

79

Pedro almejava atuar como conciliador no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado Sigma. Para tanto, buscou se inteirar em relação aos requisitos a serem observados para a instituição da respectiva política remuneratória.

Ao final de suas conclusões, após analisar a Resolução CNJ nº 174/2013, concluiu, corretamente, que a política remuneratória:

- (A) pode ser instituída livremente pelo Tribunal de Justiça do Estado Sigma, não havendo qualquer balizamento no referido ato normativo;
- (B) não pode ser estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado Sigma se não contar com juízes leigos recrutados na forma do referido ato normativo;
- (C) pode ser instituída livremente pelo Tribunal de Justiça do Estado Sigma, com a única ressalva de que a remuneração não pode ultrapassar o subsídio de juiz de direito;
- (D) não pode ser estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado Sigma caso o número de feitos julgados no último ano não tenha ultrapassado a mediana de produtividade do Conselho Nacional de Justiça;
- (E) não pode ser estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado Sigma caso essa estrutura de poder tenha deixado de observar, por dois anos consecutivos, os limites remuneratórios estabelecidos pelo referido ato normativo.

80

Pedro, juiz leigo, descumpriu deveres do Código de Ética instituído pelo Conselho Nacional de Justiça. Por tal razão, veio a ser afastado das suas funções. No entanto, Pedro almejava voltar a exercer essa função.

À luz da sistemática estabelecida na Resolução CNJ nº 174/2013 (Código de Ética), é correto afirmar que Pedro:

- (A) não pode voltar a atuar como auxiliar da justiça junto ao mesmo juiz togado;
- (B) não pode voltar a atuar como auxiliar da justiça no mesmo Juizado em que atuava;
- (C) não pode voltar a atuar como auxiliar da justiça em qualquer outra unidade do Sistema dos Juizados Especiais;
- (D) pode voltar a atuar como auxiliar da justiça junto ao Sistema dos Juizados Especiais após o decurso de um ano;
- (E) pode voltar a atuar, imediatamente, como auxiliar da justiça junto ao Sistema dos Juizados Especiais, considerando o princípio da proporcionalidade da sanção.

Realização

